

O transporte público está comprometido. Hoje, a frota de ônibus sofrerá redução de 50% das 5h às 8h. Ontem, o Centro do Recife estava praticamente vazio



Paralisação ameaça os supermercados. Uma rede limitou a compra de itens. Ceesa alerta para a escassez do estoque. Distribuição de remédios também está sob risco

Governo fecha acordo para suspender greve por 15 dias

Após reunião entre governo e representantes dos caminhoneiros, foi anunciado um acordo em busca de uma trégua no protesto, que gera sérios efeitos no País. Foram acertadas a prorrogação para 30 dias do desconto de 10% no diesel, alíquota zero da Cide, isenção de pedágio, entre outros itens. Temer afirmou esperar que a categoria desative a paralisação hoje. ECONOMIA >> PÁGS. 11 A 14 POLÍTICA >> PÁGS. 2 E 3 2 BRASIL >> PÁG. 8

Acuados, políticos tentam driblar crise

ANTÔNIO CRUZ/PR

Episódio preocupa alto escalão da política, que receia se contaminar e perder apoio do eleitorado. Henrique Meirelles, candidato do MDB, deve ser o maior prejudicado

ULYSSES GADÉLHA

A crise dos combustíveis - que se desdobra desde a última segunda-feira, não demorou muito até respingar no ambiente político brasileiro. Diversos atores do alto escalão de Brasília estão empenhados em se livrar do ônus da culpa pela paralisação nacional dos caminhoneiros. Como os presidentiáveis já estão com a campanha na rua, qualquer arranhão na imagem pode ter um efeito catastrófico nas urnas. Os analistas, no entanto, apontam que, por uma questão de inércia, o presidente Michel Temer e o candidato do MDB à Presidência, o ex-ministro Henrique Meirelles, são frontalmente atingidos pela crise. Meirelles, fatalmente, será cobrado pelos adversários durante a campanha.

Nos últimos dias, o governo Temer encarava uma tempestade no Congresso, tendo que enterrar a MP da privatização da Eletrobras sob a pressão dos governadores e parlamentares, principalmente do

Nordeste. A paralisação dos caminhoneiros, no entanto, forçou o Palácio do Planalto a lidar com uma crise talvez maior do que as denúncias da JBS.

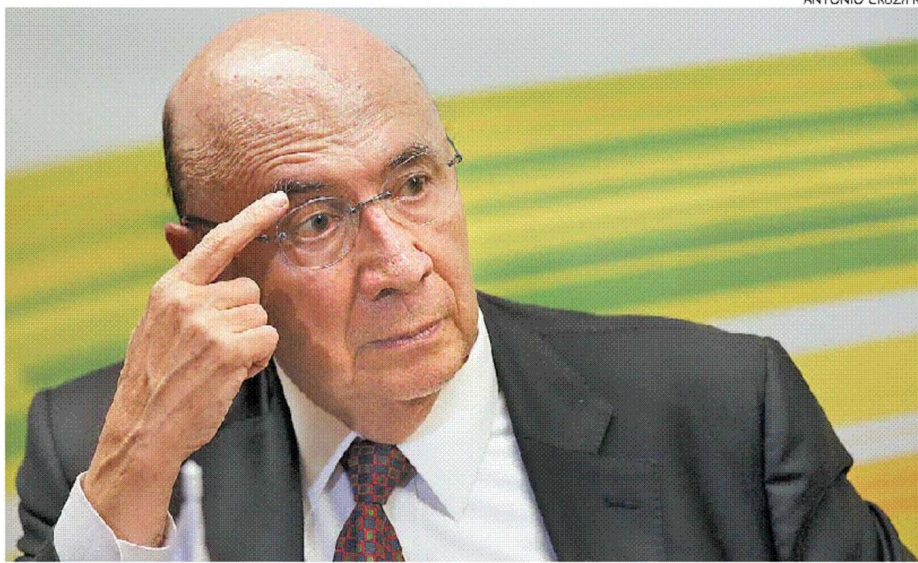
O impacto dessa mobilização remontou à sensação experimentada pela população nas décadas de 80 e 90, quando a inflação impunha o desabastecimento e vai de encontro a todo o esforço da equipe econômica para recuperar a confiança dos investidores no País. Uma das hashtags mais utilizadas no Twitter, ontem, foi #aculpaédoParente, responsabilizando o presidente da Petrobras, Pedro Parente, pelo caos.

Flagrante preocupação

Há uma flagrante preocupação, na classe política, com a repercussão do movimento. O presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB), foi obrigado a retornar à Brasília para votar a reoneração da folha de pagamento, para atender ao clamor da categoria. Na condição de presidentiável, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), vem tentando capitalizar a pauta legislativa sobre a redução da carga tributária nos combustíveis. Já o deputado Jair Bolsonaro (PSL) tentou ganhar popularidade, apoiando o pleito dos caminhoneiros, mas criticando os bloqueios nas estradas. Analistas acreditam que soluções extremistas ganham força a partir desse imbróglio.

Internet

Na internet, a insatisfação com os transtornos instrumentalizou



Entre os alvos da crise, ex-ministro Meirelles é o que pode pagar o maior preço nas eleições

a briga política entre as realidades do governo petista (quando o Estado controlava o preço dos combustíveis) e do atual (política de preços flutuante). A cientista política Rachel Meneguello (Unicamp) argumenta que esse paralelo é inevitável, porque traduz as condições do cotidiano das pessoas, sua capacidade de trabalho e consumo, e suas perspectivas de futuro. "Esses são fatores centrais para a decisão do voto dos indivíduos", aponta.

Meirelles

Artífice da agenda econômica de Temer, o ex-ministro da Fazenda foi cobrado pela crise dos combustíveis e a necessidade de

reforma tributária. Meirelles reconheceu que a situação é séria e que a redução de tributos é parte de uma solução para o quadro atual. Ele observou, contudo, que a Petrobras não pode ser penalizada por um aumento do preço do petróleo em todo mundo.

Fazendo um contraponto imediato que aumenta ainda mais a "sangria", a presidentiável Marina Silva (Rede) criticou Temer por não se antecipar à crise e por tomar uma decisão de reduzir o preço do diesel "sob pressão política". "A mensagem que passou externamente é que a Petrobras não se está se comportando de acordo com as regras do mercado", disparou.

Temer

Imerso no olho do furacão, o presidente foi capaz de piorar a sua situação, quando desconsiderou conselho de sua equipe e manteve viagem ao Rio de Janeiro para distribuir carros a conselhos tutelares, ainda que postos de gasolina do país já anunciassem falta de combustíveis. E ainda elegeu a visita como o "fato mais importante do dia".

O desafio do chefe do Executivo é costurar uma solução rápida, sob o risco de comprometer ainda mais a influência do MDB, enquanto maior partido brasileiro, no processo eleitoral. Mas ele parece alheio a tudo isso.

Governadores não querem bancar o custo

Responsáveis por parte considerável da carga tributária dos combustíveis, os governadores já deram o recado de que não há margem para reduzir o ICMS, que representa até 29% do preço da gasolina e 16% do diesel em alguns estados. A pretexto de não comprometer a independência da Petrobras, o Planalto está propenso a mexer nos impostos, fazendo com que os estados percam receita em ano eleitoral. Praticamente metade dos chefes de Executivo estadual disputa a reeleição, o que amplifica a pressão nas bases.

O governador Paulo Câmara

(PSB), por exemplo, afirma que "a solução para esse impasse, que está levando todo o Brasil ao colapso, está nas mãos do Governo Federal". "Estados e Municípios são hoje responsáveis pela maior parte dos recursos destinados às áreas de Saúde, Educação e Segurança Pública. Não é razoável que o Governo Federal pretenda que Estados e Municípios financiem a solução de um problema que foi criado por ele", argumentou Câmara, em nota.

O cientista político Leon Victor Queiroz indica que o problema é fruto de uma distorção do sistema tributário. "Sempre vai ter esse atri-

to sobre a capacidade de arrecadar e distribuir. É um jogo político sobre as responsabilidades", avalia. Já o cientista político Elton Gomes atenta que mais uma vez o Brasil perde a oportunidade de discutir um problema estrutural, que é o modelo de desenvolvimento baseado no modal rodoviário. "A sociedade não consegue encontrar uma alternativa viável e fica em busca de culpados. Desonerar o Cide ou o PIS são paliativos, soluções temporárias. Se não for feito um grande acordo e outra greve estourar perto da eleição, os impactos serão muito mais severos", diz.

Elton aponta que, nesse contexto, nenhum governador está em condição de abrir mão de receita. "Há um déficit fiscal enorme, outros setores vão ter que subsidiar o custo do diesel, o que não é razoável", afirma. "O problema é que o Brasil não tem os elementos que um país normal de economia aberta tem, com preço regulado, concorrência plena e segurança jurídica. Aumentar e baixar preço por decreto gera uma ilusão cujas consequências podem ser adiadas, mas não impedidas", pondera.

CONTINUA NA PÁGINA 3

“

AUMENTAR E BAIXAR PREÇO POR DECRETO GERA UMA ILUSÃO CUJAS CONSEQUÊNCIAS PODEM SER ADIADAS, MAS NÃO IMPEDIDAS”

■ ELTON GOMES - CIENTISTA POLÍTICO

Temer espera que greve seja encerrada hoje

Otimista, presidente afirmou que espera que pré-acordo esteja resolvido e questão encerrada ainda nesta sexta-feira

CONTINUAÇÃO DA PÁGINA 2

BELO HORIZONTE (Folha-press) - Foi durante uma solenidade da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, na noite de ontem, que o presidente Michel Temer anunciou um acordo para dar fim à greve de quatro dias de caminhoneiros que provocou uma crise de abastecimento no país.

Enquanto Temer assistia ao evento em comemoração ao Dia da Indústria, em Belo Horizonte, o governo e um grupo de caminhoneiros chegaram a um acordo para suspender por 15 dias as paralisações nas estradas. "Antes de fazer as saudações de praxe, quero fazer uns brevíssimos comentários: o primeiro deles talvez seja dar uma boa notícia que eu acabo de receber", disse o presidente ao anunciar o acordo.

"O chefe da Casa Civil está anunciando o pré-acordo feito com todas as categorias, será levado a Assembleia geral, eu espero que até amanhã (hoje) está questão esteja solucionada."

Segundo Temer, as principais fontes do acordo foram as reduções



LEO PONTES/FOLHAPRESS

Presidente anunciou acordo durante evento em Minas Gerais

do PIS/Cofins e da Cide sobre os combustíveis. Ainda em sua fala para empresários e industriais, Temer informou que convidou os secretários estaduais da Fazenda para discutir hoje, também, a redução do ICMS, imposto estadual. "A incidência maior do tributo é um tributo de natureza estadual, é o ICMS, e nós queremos que amanhã (hoje) nós também possamos retirar uma parcela do ICMS", disse Temer, sendo interrompido por aplausos da plateia.

A fala gerou um clima de constrangimento com o governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel (PT), que havia acabado de discursar cobrando medidas de Temer para solucionar a crise, como

a revisão da política de preços da Petrobras.

Em seu discurso e também em pronunciamento à imprensa, Temer exaltou as negociações do governo. "Eu sei hoje depois de fazer várias reuniões com a Petrobras, com o Ministério da Fazenda e Planejamento e todos os demais, passei pelo Rio, mas quando sai de lá, o acordo já estava avançado."

O presidente afirmou ainda que não foram poucas as vezes que disseram a ele que as Forças Armadas deveriam ser acionadas. "Isso durou dois, três dias e nós não fizemos isso. Se fosse necessário, nós faríamos porque a autoridade haverá de estar sempre presente nos atos de governo."

Reoneração só será votada após debate

BRASÍLIA (Folhapress) - Após acordo fechado entre governo e caminhoneiros, o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), afirmou que o projeto que reonera a folha de pagamentos e zera o Pis/Cofins do diesel só será votado depois de um debate mais profundo. Com isso, foi descartada a ideia inicial de votar hoje, a proposta aprovada pela Câmara na última quarta.

Após se reunir com ministros no Palácio do Planalto, Eunício afirmou que somente se comprometeu a colocar na pauta do plenário um projeto que cria uma política de preço mínimo para o transporte de carga.

O senador explicou que o texto pode ser votado em até duas semanas, mas depende da assinatura de um pedido de tramitação em regime de urgência pelo líder do governo, Romero Jucá (MDB-RR).



JANE DE ARDÜL/AG. SENADO

Eunício descartou votação, hoje, da matéria aprovada na Câmara

Sobre o texto da reoneração e do Pis/Cofins, ele afirmou que um debate será aberto para encontrar uma outra fonte que permita a redução dos preços dos combustíveis. O texto pode ser alterado na negociação."

O projeto que veio da Câmara vai se abrir um debate para encontrar as fontes sem prejudicar a área social, a saúde", disse.

LEIA MAIS EM ECONOMIA